SERRANO, Carlos. *Angola, nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção de identidade nacional*. Luanda: Edições Kilombelembe, 2009. 377 p.

— DANIEL DE OLIVEIRA CUNHA

A alegada *oposição* entre colonialismos europeus e nacionalismos africanos marcou a história contemporânea da África. Entretanto, mais precisamente que oposição – assim manifesta sempre que há necessidade de clareza na opção política, ou no esquematismo teórico, como nos famosos “retratos” apresentados pelo tunisiano Albert Memmi (2007) –, o que se verificou nos processos coloniais foi mais uma relação de *contrariedade*, ou ainda, de *contraditoriedade*, entre as sociedades coloniais e as colonizadas. São os desdobramentos históricos das tensões políticas, jurídicas e socioeconômicas que marcam a passagem do sistema e dos discursos coloniais à tomada de voz dos colonizados, na busca da autodeterminação. Muitos entre aqueles que antes eram parte de uma estrutura injusta e opressiva passam então a confrontá-la, a lutar pelo seu colapso, e decidem que, em conjunto e ao longo de muitos anos, formarão um sistema autônomo de crenças, isto é, uma nova nacionalidade, no contexto daquilo que Charles Tilly (1975) descreveu como “nações por desígnio”.

É deste modo dialético que o antropólogo e professor universitário Carlos Serrano, nascido e criado em solo africano, aborda o desenvolvimento histórico do nacionalismo angolano, em *Angola, nascimento de uma nação*. A obra valeu ao autor o Prêmio Nacional de Cultura e Artes em 2009, na área de Ciências Humanas e Sociais, sob o patrocínio do Ministério da Cultura da República de Angola. É já um clássico das ciências sociais naquele país, uma

referência das mais importantes para quem queira se debruçar sobre o tema da formação do Estado-nação angolano e da chamada *angolanidade* – o perceber-se como angolano. Trata-se da análise objetiva de um investigador que, todavia, foi observador participante da luta pela independência das colônias portuguesas na África, desde que, na passagem dos anos cinquenta para os sessenta, ingressou na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, e depois foi, juntamente com muitos dos seus conterrâneos, obrigado ao exílio político em Paris, Argel e Lausanne, e à incessante busca de uma nova identidade baseada nos valores e princípios de todos aqueles da terra natal.

Um diferencial valioso de sua abordagem: registrar a palavra dos próprios africanos nas vésperas e durante a guerra de libertação nacional – ao contrário da maioria dos livros afins, que costumam tratar enfaticamente dos discursos dos colonizadores. Como lembra Marc Ferro, fazer a história a partir de uma única fonte “cheira a impostura ou a tirania” (*apud* Serrano, 2008, p.77). A contra-história apresentada é, portanto, sujeita a variações, é polifônica. Cabe então, como aponta Carlos Serrano, fazer a *recuperação do discurso autônomo*.

A obra divide-se em oito capítulos, mas três grandes temas são tratados: africanismo/angolanismo no mundo, colonialismo português e nacionalismo angolano. O primeiro tema, equivalente ao primeiro capítulo, é uma meta-discussão sobre o “estado de arte” da literatura acadêmica na altura em que o autor apresentou,

na Universidade de São Paulo – seu endereço profissional –, em 1988, a tese de doutoramento, a partir da qual resultou o livro, praticamente sem modificações de conteúdo. Naquele momento, assim como atualmente, abundavam os trabalhos acadêmicos sobre Angola produzidos nos Estados Unidos, França e Inglaterra. De uma amostra das duzentas obras mais importantes, apenas 5% são de angolanos no exílio, ao passo que 67% são de origem daqueles três países. Serrano menciona e avalia sucinta e criticamente os autores e trabalhos mais importantes, desde que tratem também da visão de mundo dos angolanos e apontem em direção a uma visão global da questão nacional.

A segunda parte, que corresponde ao segundo capítulo, é uma anatomia das concepções de mundo oriundas da sociedade colonial, em seu processo de consolidação. Quatro figuras despontam: os homens do Comércio, os homens do Estado, os homens da Guerra, os homens de Deus. Seus discursos, naturalmente, serviram à melhor gestão das relações de dominação e, ao incluírem o conhecimento sobre o outro, fizeram o esforço de o excluírem ideologicamente. Cada um desses personagens produziu um conjunto daquilo que Paul Mercier (1971) chamou de *antropologia espontânea*, ou do que Alf Schwarz (1979) denomina de obras precursoras da Antropologia colonial.

Os pioneiros do contato entre europeus e africanos foram os comerciantes, que ao longo do tempo receberam diversas denominações, como assinala Alfredo Margarido: feirantes, pombeiros, ambaquistas, colonos, entre outras (cf. Serrano, 2008, p.83). Uma forma privilegiada dessa relação se deu por meio dos casamentos múltiplos, que geraram os primeiros mestiços. Mas também, desse contato, surgiu a figura intermediária do africano europeizado, antecedente direto do negro assimilado, e que facilita o estabelecimento de redes de aliança que se estendem do litoral para os interiores.

Esses comerciantes foram a ponta de lança do sistema colonial, pois, como no exemplo do temido colono português José Bernardo, fluente em língua kimbundu e casado com ao menos quatro angolanas, comandaram a passagem do regime de escravidão – embora já há muito proibido – para o regime do *contrato*, estabelecido em 1928, e relacionado ao Estatuto do Indigenato, promulgado pouco antes.

Já a antropologia administrativa, que precede a Antropologia como disciplina acadêmica, procurou sistematizar os conhecimentos sobre as estruturas tradicionais de poder, para melhor utilizar as autoridades africanas como ponto de apoio para o poder português. Fomentaram-se, desde o início do século XX, inquéritos sobre os “usos e costumes dos gentílicos”, para a “boa administração dos indígenas”. Os marcos institucionais dessa sistematização foram a criação, na capital do império, de uma cadeira de Etnologia e Etnografia Colonial, e a realização de congressos de Antropologia Colonial. Foram produzidos inúmeros relatórios de funcionários administrativos, mas a verdade é que, ao longo de todo o regime colonial, a produção antropológica foi escassa e, nas palavras de René Pélissier, a maior parte está “abaixo do limiar científico mínimo” (*apud* Serrano, 2008, p.94), preenchida por uma linguagem exótica, estereotipada, moralizante, paternalista, que serve, sobretudo, como álibi para a dominação cultural dos colonizados.

Sucessora tardia dessa produção é a Antropologia militar – Serrano chama-a sugestivamente de “antropologia da morte” –, surgida após o início da guerra colonial, em 1961. Era o derradeiro esforço dos militares em compreender a natureza da mobilização dos nacionalistas nas possessões ultramarinas, tendente a desestruturar as formas de organização tradicional das populações locais para seu mais eficaz controle, por meio de seu agrupamento em novos aldeamentos estratégicos.

Mas o principal contributo à posteridade é o discurso dos missionários católicos e protestantes, com importantes descrições etnográficas, a despeito de muitos estereótipos e juízos de valor com teor religioso. Os trabalhos pioneiros e mais profundos da antropologia missionária são os do missionário metodista suíço Héli Chatelain e do padre alsaciano Carlos Estermann, da Congregação do Espírito Santo (cf. Serrano, 2008, p.103). Há ainda muitos outros de grande importância do ponto de vista antropológico, entre os quais algumas teses defendidas nos Estados Unidos, a exemplo da de Gladwyn Murray Childs, sobre os Ovimbundu do Planalto Central, um doutoramento que esteve sob a orientação de Ruth Benedict (cf. Serrano, 2008, p.105). A posição dos missionários nas estruturas sociais coloniais é quicá a mais ambígua de todas. Serviram eles – sobretudo os católicos – como elemento essencial para a implantação dos sistemas coloniais, mas também estiveram por trás da ascensão da militância nacionalista, pois foi dentro de suas escolas que se formaram muitos daqueles que pegaram em armas contra o colonialismo. Quem inclusive deu o passo inicial para a luta armada em Luanda foram os seminaristas do cônego Alves das Neves, no assalto às cadeias da cidade durante a simbólica data de 4 de fevereiro de 1961.

Se o discurso colonial pode ser sintetizado em apenas um capítulo, o discurso e a ação nacionalistas – na terceira, mais extensa e mais importante parte do livro – é analisado ao longo dos próximos seis capítulos. Trata-se, naturalmente, de registrar a vontade e a *palavra* do homem político angolano, de sua elite nacionalista, de seus distintos *projetos de nação*. O terceiro e interessante capítulo, sobre os “Homens da Terra”, não se reduz a uma estéril descrição das populações autóctones de Angola. É antes a narração dos fluxos humanos associados às dinâmicas econômicas que puseram os po-

vos da região em contato com as conjunturas econômicas mundiais. Também uma leitura geopolítica dos interesses europeus e sul-africanos está aí presente.

O quarto capítulo trata da gênese do nacionalismo africano em geral, e angolano em particular, desde princípios do século XX. O despertar moderno da consciência nacional nas colônias africanas de Portugal terá como ponto de inflexão a criação, em Lisboa, do Centro de Estudos Africanos, em 1951, aonde irão se reunir ilustres nomes, como os angolanos Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade, o guineense Amílcar Cabral e o são-tomense Francisco José Tenreiro. Em Angola, o divisor de águas cultural será o surgimento do movimento “Vamos Descobrir Angola!” (de 1948), cujo mentor é o poeta Viriato da Cruz. A criação da revista literária *Mensagem*, também em 1951, é outro marco importante do processo de autonomização intelectual dos angolanos. O início da luta de independência, a chamada Fuga dos Cem – dos estudantes das colônias suspeitos de atividades subversivas, em direção à França – e o encerramento forçado da Casa dos Estudantes do Império aos poucos levaram os jovens nacionalistas africanos a optar pela luta armada. E os primeiros campos de treinamento nos quais estiveram foram no Marrocos e na Argélia, e depois no Congo-Brazzaville, já na fronteira com o território angolano. O exílio e a clandestinidade (corrente exterior do nacionalismo), portanto, antecederam a guerrilha (corrente interior).

Os primeiros movimentos políticos modernos de Angola também datam dos primeiros anos da década de 1950. O Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) é de 1953, e foi um dos agrupamentos que deram origem ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), oficialmente fundado em 1956. Será este, dentre todos, o movimento mais amplo em termos regionais, étnicos e ra-

ciais. Sua orientação ideológica é o marxismo e seu *slogan* será, até hoje, “um só povo, uma só nação”. Desde o início da guerra, seus militantes se estabeleceram no norte da colônia, na fronteira com o Zaire, onde foi constituída a Primeira Região Político-Militar do MPLA, de um total de cinco, criadas ao longo da década de 1960 em todo o território.

Paralelamente ao MPLA, e em concorrência com este, surgiu também em meados dos anos cinquenta a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), liderada por Holden Roberto, e baseada entre as populações bakongo das regiões nortenhas e identificada com os valores ideológicos dos Estados Unidos. A UPNA, responsável pelos massacres de colonos portugueses e empregados bailundos nas roças de café do norte, em março de 1961, será ainda reformulada como União das Populações de Angola – UPA é também uma palavra mágica entre os bakongo – e, em 1962, como Frente Nacional de Libertação de Angola (FLNA), já com vistas a ser também um movimento que englobasse todo o território colonial. Será de suas fileiras que surgirá, em 1966, outro movimento, a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA), sob a liderança do ovimbundu Jonas Malheiro Savimbi. Este, que ao longo de trinta anos foi o principal adversário do MPLA, até sua morte em 2002, era inicialmente identificado com o maoísmo, mas depois logo passou a ser um simpatizante dos interesses estadunidenses. Recorde-se que Holden Roberto era ligado às missões batistas inglesas, e Savimbi, aos congregacionais norte-americanos, bem como o líder histórico do MPLA e primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto, era filho de pastor metodista.

O quinto, o sexto e o sétimo capítulos formam um triplo que trata da práxis revolucionária: respectivamente, aborda-se a “recuperação da palavra” pelo discurso autonomista angolano; em seguida, a “palavra das armas”, isto é, a

afirmação do convívio em combate como meio de conscientização nacional; e então, a mobilização e o recrutamento dos militantes. No primeiro encontra-se a influência conceitual de um dos mestres do professor Serrano, Georges Balandier. Segundo o cientista social francês, a *retomada da iniciativa* não é o mero retorno aos valores culturais pré-coloniais, mas é a transformação da consciência coletiva que faz o trajeto, pela ação revolucionária, da ordem antiga para uma ordem do devir (*cf.* Serrano, 2008, p.143-4). O processo revolucionário é um fenômeno social total (Balandier, 1961, p.23), conforme a acepção de Marcel Mauss (1974, p.37), mas a representação da unidade na luta de libertação deve ser forjada. Os meios e os fins devem ser devidamente contemplados, assim como a estratégia e as táticas devem ser bem articuladas. Assinala Serrano: “O programa é apenas uma figura fragmentária e provisória do projecto. Os programas passam, o projecto permanece” (Serrano, 2008, p.146). O projeto nacional é a própria “reconquista da História”, e deve buscar *construtivamente* a superação do espontaneísmo voluntarista – de aspecto muitas vezes destrutivo – das massas em revolta contra a dominação colonial.

Se o MPLA se propõe a ser um movimento de unidade nacional, que congregue todas as regiões, todas as origens “tribais” e todas as religiões, deve-se então “pressupor um novo homem com valores intrínsecos e uma nova totalidade, que não é mais uma totalidade abstracta construída pelos intelectuais, mas forjada na luta, na acção dos guerrilheiros em sua relação com o todo” (Serrano, 2008, p.152). Este trecho resume um dos pontos de transição fundamentais do projeto revolucionário, o da passagem da utopia que representa a “comunidade imaginada” para a concreticidade da luta. Dois outros *slogans* daquele movimento despontam então: “A luta continua!”, e “A vitória é certa!”.

Como é mostrado no sexto capítulo do livro, parte dessa conscientização será feita pelos Centros de Instrução Revolucionária do MPLA, o que diferencia qualitativamente este movimento dos restantes. Em uma declaração tão surpreendente quanto decepcionante, Holden Roberto, da FNLA, terá dito em fins dos anos sessenta: “Nós pensamos que não é possível prever desde agora um programa político preciso, porque o que conta antes de tudo, nesse instante, é a independência” (Serrano, 2008, p.164-5). Totalmente contrária a esta postura está a de Agostinho Neto, que assevera, na mesma época: “O MPLA tem por objectivo não somente a independência política do país, mas também, e essencialmente, a transformação dos homens e é necessário que o Homem Angolano possa se integrar de maneira dinâmica no mundo moderno” (Serrano, 2008, p.165-6).

A mobilização e o recrutamento dos combatentes, e não apenas no MPLA, mas, em princípio no seio dos outros movimentos, irá ainda fomentar o convívio entre os indivíduos de diversos grupos étnicos e regionais. O caráter nacional será, assim, forjado com a tomada de consciência de que um lunda, um cabinda, um ovimbundu, um bakongo, um kwanyama, um tchokwe, um herero, um ambundu, um ovambo, entre tantos outros, são também, e acima das diferenças, angolanos. O convívio entre estes elementos, a luta contra o adversário comum – o sistema colonial e o regime autoritário português –, o uso da mesma língua e o destino comum são o que fazem com que todos, em seu conjunto, pertençam à Nação Angolana. Assim como a descolonização das mentes é um processo longo e cheio de dificuldades, a construção da angolanidade também o é. Um dos problemas que tanto a FNLA quanto a UNITA não conseguiram ultrapassar foi o constrangimento do etnonacionalismo no interior das fronteiras étnicas.

O oitavo e último capítulo aborda o plano *positivo* da construção da Nação, desde o nativismo jornalístico de princípios do século XX até às vésperas da descolonização política. No Programa Maior do MPLA, em seus primórdios, é vislumbrada uma possível união federativa entre as diversas “nações”. Mas tal perspectiva é logo posta à margem, em razão da luta armada e das clivagens ideológicas e raciais entre os movimentos e no interior do próprio MPLA. A oposição a toda tentativa de divisão será doravante uma condicionante da ação política do movimento. A diversidade étnica, no entanto, é aceita, desde que como *autonomias culturais*. No fim do capítulo, são apontados alguns caminhos para a solução de conflitos também entre as classes de idade, entre os mais velhos – os sobas – e o poder do partido-governo. É assim que o formalismo ideológico deve ceder espaço ao pragmatismo da realidade empírica e da sabedoria popular, que é também um elemento de base para a construção – ainda hoje em curso – da angolanidade.

Cabem algumas considerações finais sobre a premiada obra de Carlos Serrano. O prefácio foi escrito por um dos mentores intelectuais do autor, Alfredo Margarido, que é também um dos maiores intelectuais portugueses do século XX. Este é por si só um sucinto, embora valioso, registro da segmentação étnica e racial, bem como da questão da identidade crioula, entre os angolanos. A edição do livro, pela editora Kilombelembe, esteve aos caprichosos cuidados do antropólogo angolano Virgílio Coelho. Há ainda quatorze documentos históricos reproduzidos nos anexos, dispostos em ordem mais ou menos cronológica, desde o editorial do jornal *O Negro* (1911), até a declaração final da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (1961), passando pelo *Manifesto* do MPLA (1956). O recorte temporal do livro vai até ao momento da independência, em 1975, mas o autor tem

dado continuidade ao seu projeto de pesquisa, com recentes trabalhos de campo realizados em Angola.

Referências bibliográficas

- BALANDIER, Georges. Phénomènes sociaux totaux et dynamique sociale. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 30, Paris, 1961.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva”. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: E.P.U.; Edusp, 1974.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MERCIER, Paul. *Histoire de l'Anthropologie*. Paris: PUF, 1971.
- SCHWARZ, Alf. *Colonialistes, africanistes et africains*. Montréal: Nouvelle Optique, 1979.
- TILLY, Charles. *The formation of national States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

autor **Daniel de Oliveira Cunha**
 Mestrando em Direito / USP

Recebida em 22/08/2011

Aceita para publicação 26/09/2011